



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: 144A0-B1C2B-764AB



## **Parecer Prévio 00097/2023-5 - 2ª Câmara**

**Processos:** 07880/2022-1, 07881/2022-6

**Classificação:** Prestação de Contas Anual de Prefeito

**Exercício:** 2021

**UG:** PMI - Prefeitura Municipal de Iconha

**Relator:** Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

**Responsável:** GEDSON BRANDAO PAULINO

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (PREFEITO) –  
MUNICÍPIO DE ICONHA - EXERCÍCIO DE 2021 – EMITIR  
PARECER PRÉVIO RECOMENDANDO A APROVAÇÃO DAS  
CONTAS – DAR CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

**O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA:**

### **1. RELATÓRIO**

Tratam os autos de **Prestação de Contas Anual** (Prefeito), da **Prefeitura Municipal de Iconha**, relativa ao exercício de **2021**, sob a responsabilidade do senhor **Gedson Brandão Paulino**.

Considerando a completude apresentada na análise contida no **Relatório Técnico 00202/2023-5 (evento 80)**, o **Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - NContas**, por meio da **Instrução Técnica Conclusiva 02645/2023-8 (evento 81)**, opinou pelo emissão de parecer prévio, recomendando ao Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO** da prestação de contas anual do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Iconha, Gedson Brandão Paulino, exercício de 2021, bem como pela ciência ao Chefe do Executivo Municipal quanto ao teor dos itens 3.2.1 e 3.5.4 elencados da referida instrução.

O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer 03476/2023-1 (evento 85)**, de lavra do Procurador Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, anuiu à proposta contida na Instrução Técnica Conclusiva.

**É o relatório.**

## **V O T O**

### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO:**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), em cumprimento ao art. 71, inciso II, da Constituição do Estado, apreciou a prestação de contas do(a) chefe do Poder Executivo municipal de **Iconha**, Senhor **GEDSON BRANDÃO PAULINO**, relativa ao exercício de 2021, objetivando a emissão de relatório técnico e de parecer prévio, cujas conclusões servirão de base para o julgamento das contas a ser realizado pela respectiva Câmara Municipal, em obediência ao disposto no art. 29 da constituição estadual.

Foi analisada a atuação do chefe do Poder Executivo municipal, no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas, em respeito aos programas, projetos e atividades estabelecidos pelos instrumentos de planejamento aprovados pelo Poder Legislativo municipal; bem como a observância às diretrizes e metas fiscais estabelecidas e o devido cumprimento das disposições constitucionais e legais aplicáveis.

De acordo com a legislação vigente, temos que o município de Iconha apresenta uma estrutura administrativa concentrada. Assim, a Prestação de Contas Anual é composta pelas demonstrações contábeis e demais peças e documentos que integram a referida PCA, consolidando as contas das seguintes Unidades Gestoras (UG's): **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha, Fundo Municipal de Saúde de Iconha, Prefeitura Municipal de Iconha, Câmara Municipal de Iconha, Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha.**

Além da análise da conformidade da execução orçamentária e financeira, a **Instrução Técnica Conclusiva ITC-02645/2023-8**, que reproduz na íntegra as principais seções

do Relatório Técnico RT-00202/2023-5, contempla também informações relativas a conjuntura econômica e fiscal; riscos e ameaças à sustentabilidade fiscal; dados e informações sobre as demonstrações contábeis consolidadas do município; ações relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública (autorizações de despesa e seus efeitos sociais e econômicos) decorrente da pandemia causada pelo vírus SARS-Cov-2; resultados alcançados nas políticas públicas; atos de gestão em destaque; e monitoramento das deliberações do colegiado.

### **CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

A Lei Orçamentária Anual - LOA do município, **Lei 1173/2020**, estimou a receita em **R\$ 46.059.363,24** e fixou a despesa em **R\$ 46.059.363,24** para o exercício em análise, admitindo a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de R\$ 23.029.681,63, conforme artigo 6º da LOA.

Considerando que a autorização contida na LOA para abertura de créditos adicionais suplementares foi de R\$ 23.029.681,63 e a efetiva abertura foi de R\$ 33.310.251,30, **constata-se o cumprimento à autorização estipulada** na LOA para abertura de créditos adicionais suplementares, **tendo em vista que no art. 7º da Lei 1.173/2020 (LOA/2021) há exclusões ao limite previsto no art. 6º.**

### **Resultado Orçamentário**

Em linhas gerais identificou-se que a **execução orçamentária** evidencia um resultado **superavitário no valor de R\$ 4.263.778,55**, conforme demonstrado a seguir:

<b><u>Tabela 12 - Resultado da execução orçamentária (consolidado)</u></b>	<b><u>Valores em reais</u></b>
Receita total realizada	65.215.620,02
Despesa total executada (empenhada)	60.951.841,47
<b>Resultado da execução orçamentária (déficit/superávit)</b>	<b>4.263.778,55</b>

Fonte: Processo TC 07880/2022-1 - PCM/2021 - BALORC

A composição da receita arrecadada em 2021 mostra que a principal fonte de arrecadação foram as Transferências da União (40%) com R\$ 27,8 milhões, seguida das Transferências do Estado (37%) com R\$ 25,6 milhões e das Receitas Próprias do

Município (17%) com R\$ 11,9 milhões. As principais receitas nessas origens são, respectivamente: o FPM (R\$ 15,76 milhões), o ICMS (R\$ 11,40 milhões) e o ISS (R\$ 2,03 milhões).

### **Resultado Financeiro**

Em relação ao resultado financeiro obtido a partir do Balanço Patrimonial, resultou no **superávit de R\$ 54.163.110,84, não havendo evidências de desequilíbrio financeiro por fontes de recursos ou na totalidade.**

Cabe ressaltar que o superávit financeiro, representado pela diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, poderá ser utilizado no exercício seguinte para abertura de créditos adicionais, desde que observadas as correspondentes fontes de recursos, na forma do art.43, da Lei 4.320/1964.

**Tabela 29 - Resultado financeiro**

Valores em reais

Especificação	2021	2020
Ativo Financeiro (a)	57.215.807,76	51.379.588,54
Passivo Financeiro (b)	3.052.696,92	92.228,93
<b>Resultado Financeiro apurado no BALPAT (c) = (a) – (b)</b>	<b>54.163.110,84</b>	<b>51.287.359,61</b>
<b>Resultado Financeiro apurado no BALPAT, incluindo as intras (d)</b>	<b>54.162.513,05</b>	<b>51.287.359,61</b>
Recursos Ordinários	1.343.985,56	3.370.194,14
Recursos Vinculados	52.818.527,49	47.917.165,47
<b>Resultado Financeiro por Fonte de Recursos (e)</b>	<b>54.162.513,05</b>	<b>51.287.359,61</b>
<b>Divergência (g) = (d) – (e)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Processo TC 07880/2022-1 - PCA/2021 - BALPAT

### **Gestão Fiscal**

#### **Resultados primário e nominal**

A apuração do resultado nominal<sup>1</sup> e primário<sup>2</sup> fornece uma avaliação do impacto da política fiscal nas contas públicas.

<sup>1</sup> o resultado nominal possibilita acompanhar a evolução da dívida fiscal líquida, indicando a necessidade ou não de financiamento do setor público junto a terceiros.

<sup>2</sup> o resultado primário, obtido pela diferença entre receitas e despesas primárias, tem como objetivo principal indicar a capacidade que o município tem em gerar receitas suficientes para custear as despesas correntes e de investimentos, sem que haja

O resultado primário, obtido pela diferença entre receitas e despesas primárias, tem como objetivo principal indicar a capacidade que o município tem em gerar receitas suficientes para custear as despesas correntes e de investimentos, sem que haja comprometimento da capacidade de administrar a dívida existente.

Por seu turno, o resultado nominal possibilita acompanhar a evolução da dívida fiscal líquida, indicando a necessidade ou não de financiamento do setor público junto a terceiros.

O acompanhamento da evolução do cumprimento ou não das metas estabelecidas na LDO, para os resultados primário e nominal, é feito por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), na forma estabelecida pela Lei Complementar 101/2000. A meta estabelecida na LDO para resultados primário e nominal do Município e o resultado obtido da execução do orçamento estão detalhados na tabela a seguir

**Tabela 31 - Resultados Primário e Nominal**

Valores em reais

Rubrica	Meta LDO	Execução
Receita Primária		64.758.373,39
Despesa Primária		58.023.743,03
Resultado Primário	-5.180.761,26	6.734.630,36
Resultado Nominal	-5.180.761,26	7.182.959,28

Fonte: Processo TC 07880/2022-1 - PCM/2021

Assim, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva 02645/2023-8, **as informações demonstram o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Primário e o cumprimento da Meta Fiscal do Resultado Nominal, previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO..**

### **Educação**

Constata-se ainda que o município cumpriu o limite de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (aplicou **30,86%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino) e o limite de aplicação dos 60% do FUNDEB com magistério (destinou **73,43%**

comprometimento da capacidade de administrar a dívida existente.

das receitas provenientes do Fundeb), tendo o parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb concluído pela **aprovação das contas**

### **Saúde**

Registrou-se o cumprimento do limite constitucional previsto para aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde (aplicou **21,46%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em ações e serviços públicos de saúde), tendo o parecer conclusivo do Conselho Municipal de Saúde concluiu pela **regularidade da prestação de Contas**.

### **Despesas com pessoal**

Observa-se o cumprimento do limite máximo de despesa com pessoal do **Poder Executivo (46,67% da RCL ajustada)** e o limite máximo de **despesa com pessoal consolidado do ente (49,75% da RCL ajustada)**, disciplinados nos arts. 18 a 23 da LRF.

No que tange à LC 173/2021, com base na declaração emitida, considerou-se que o chefe do Poder Executivo no exercício analisado **não expediu ato que resultasse em aumento da despesa com pessoal**, cumprindo o art. 21, I, da LRF e o art. 8º da LC 173/2021.

### **Dívida Consolidada Líquida, Operações de crédito e Concessão de Garantias**

Verifica-se também, em relação à Dívida Consolidada Líquida; Operações de crédito e concessão de garantias; que **não foram extrapolados os limites máximo e de alerta previstos**, estando em acordo com as Resoluções 40 e 43/2001, do Senado Federal.

### **Demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar**

Do ponto de vista estritamente fiscal, em análise ao Demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar, ficou constatado que em 31/12/2021 **o Poder Executivo possuía liquidez para arcar com seus compromissos financeiros, cumprindo o dispositivo legal previsto no art. 1º, § 1º, da LRF.**

### **Renúncia de receitas**

No tocante a renúncia de receitas a área técnica, através da Instrução Técnica Conclusiva 02645/2023-8 fez os registros, abaixo transcritos:

[...]

#### **3.5 Renúncia de receitas**

A presente seção busca avaliar a transparência e a conformidade dos instrumentos utilizados para instituição das renúncias de receitas, em atenção aos critérios constitucionais, em especial, ao disposto no art. 150, § 6º, e art. 165 § 6º, ambos da Constituição Federal, bem como o cumprimento dos requisitos exigidos pelos art. 113 do ADCT e 14 da LRF, por ocasião da concessão ou renovação de incentivos fiscais.

O art. 150, § 6º, da Constituição exige que as renúncias de receitas sejam concedidas somente por lei específica que regule exclusivamente a matéria ou o respectivo tributo. Em paralelo, o art. 113 do ADCT impõe que a proposição legislativa que crie ou altere renúncia de receita deva ser acompanhada da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro. Na mesma linha, o art. 14 da LRF estabelece que a concessão ou ampliação de benefício tributário seja acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que inicia sua vigência e nos dois seguintes e atenda ao disposto na LDO. Ademais, requer a demonstração de que a renúncia tenha sido considerada na estimativa de receita e que não afetará as metas fiscais previstas na LDO ou, alternativamente, a indicação de

medidas de compensação, na forma de aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O art. 165 § 6º, da Constituição exige que o projeto de lei orçamentária seja acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Nesse sentido, a apresentação dos resultados relativos às análises sobre a renúncia de receitas tem como base os documentos apresentados na prestação de contas (Demonstrativo da Renúncia de Receita - DEMRE, Demonstrativo das Imunidades Tributárias - DEIMU e LCARE) e consultas ao portal de transparência do município e está organizada nos seguintes tópicos: planejamento, equilíbrio fiscal e transparência.

### 3.5.1 Planejamento das Renúncias de Receitas

Nesta análise avalia-se a conformidade legal dos benefícios fiscais vigentes no município, destacando aqueles instituídos e ou concedidos no exercício e o planejamento da renúncia de receita a partir dos instrumentos de planejamento e orçamento para o exercício (LDO e LOA).

O planejamento das renúncias de receitas é representado por um conjunto de ações que permite vislumbrar as prioridades e os objetivos da Administração Pública, assim como avaliar a eficiência e relevância da política pública insculpida no investimento indireto adotado através da instituição de benefícios fiscais que ocasionam renúncia de receita.

A partir das informações apresentadas no LCARE e aferição no portal de legislação dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, constatou-se que **não foi aprovada** nenhuma norma concedendo ou



ampliando benefício ou incentivo de natureza tributária que decorra em renúncia de receita durante o exercício.

Na sequência, avalia-se o planejamento da renúncia de receita, a partir dos instrumentos orçamentários para o exercício, LDO – Lei Municipal 1.169/2020 e a LOA – Lei Municipal 1.173/2020.

Avaliando o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita do Anexo de Metas Fiscais da LDO, observou-se que a apresentação do mesmo **não atendeu ao modelo do Manual de Demonstrativos Fiscais**. Apesar de disponibilizado junto ao conteúdo da LDO, não houve apresentação de qualquer conteúdo, o que representa falta de planejamento da renúncia de receita.

Com isso, aferiu-se que o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia na LDO **não foi feita a previsão de todos os benefícios fiscais já instituídos** na legislação municipal que foram executados no exercício, a partir de uma comparação com DEMRE. Constatou-se que houve execução de benefícios fiscais sem planejamento, referentes ao disposto pela Lei Municipal Específica 017/2011 (Código Tributário Municipal - CTM), ora regulamentados pelo Decreto Municipal nº 3.859/2021.

No que se refere à LOA, observou-se que **não foi apresentado o demonstrativo regionalizado do efeito**, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, não atendendo ao disposto no art. 165, § 6º, da CF e, ao mesmo tempo, **não demonstrando que a renúncia de receita foi considerada** durante a elaboração do orçamento anual.

### 3.5.2 Equilíbrio Fiscal nas Renúncias de Receitas

Nesta análise verifica-se a governança desprendida em busca do equilíbrio fiscal das renúncias de receitas nos instrumentos de

planejamento e orçamento, na concessão ou renovação dos incentivos fiscais e na execução orçamentária do exercício.

O equilíbrio fiscal das renúncias de receitas deve ser evidenciado na instituição de novos projetos de leis que deverão indicar a medida de neutralidade capaz de conter os efeitos estimados a partir do impacto orçamentário e financeiro, além das hipóteses planejadas para o mesmo fim nos instrumentos de planejamento e orçamento do exercício e na execução do orçamento propriamente dita.

Sobre os instrumentos de planejamento, conforme mencionado no tópico anterior, a LDO não apresentou qualquer conteúdo no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO, o que demonstra **a falta de indicação das medidas de neutralidade orçamentária exigida para concessão de benefício fiscal** para prevenir riscos ao equilíbrio fiscal. Da mesma forma, **a LOA não apresentou qualquer referência a manutenção do equilíbrio fiscal a partir da renúncia de receita**, haja vista a ausência do Demonstrativo Regionalizado do Efeito.

Na análise da execução orçamentária do exercício, quanto às renúncias de receitas, verificou-se que o montante global planejado para concessão de benefícios fiscais no Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO foi de **zero** e cotejando com o volume de **R\$ 116.298,38** declarado no DEMRE quanto a concessão de tais benefícios, demonstrando que a renúncia de receita executada foi **superior** ao volume previsto na peça orçamentária.

A seguir apresentam-se os dados da execução orçamentária da receita no exercício para fins de avaliação de risco da concessão de renúncia de receita na manutenção do equilíbrio fiscal.

**Tabela 43 – Execução Orçamentária da Receita**

Receita	Previsto	Arrecadado	Resultado
Total da Receita Arrecadada	46.059.363,24	69.224.586,25	23.165.223,01
Total da Receita – Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	4.537.716,75	5.256.374,95	718.658,20

Fonte: Balancete da Execução Orçamentária Consolidado.

Com base nos dados globais da arrecadação do município, observou-se que, apesar das falhas no planejamento, a renúncia de receita não foi capaz de gerar riscos ao equilíbrio fiscal no exercício, visto que o município apresentou superavit na arrecadação tanto na receita total, quanto na receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria.

### 3.5.3 Transparência das Renúncias de Receitas

Nesta análise, verifica-se a transparência do planejamento das renúncias de receitas na LDO e na LOA, bem como a transparência na concessão ou renovação dos incentivos fiscais no exercício.

A transparência é essencial enquanto meio de divulgação e circularização das intenções e ações que refletem o comportamento da Administração Pública. Assim, publicizar informações relevantes da gestão pública é permitir que a sociedade e seus agentes possam participar e controlar os atos administrativos e em especial aquilo que está deixando de ser arrecadado a partir da política de renúncia de receita.

Entende-se que para cumprir a transparência da renúncia de receitas nos instrumentos de planejamento é necessário a divulgação dos Demonstrativos exigidos pela LRF e pela Constituição Federal juntamente com as peças orçamentárias do exercício.

Em consulta ao Portal Transparência do Município, constatou-se:

- a) a **ausência de transparência** do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias,

remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia na LOA;

b) a **falha de transparência** do Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita da LDO, em face da demonstração do planejamento fiscal no modelo adotado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais.

### **3.5.4 Considerações Finais**

Considerando a análise empreendida, foi possível evidenciar a existência de não conformidades legais nos benefícios instituídos e ou concedidos no exercício, falhas no planejamento da renúncia de receita a partir dos instrumentos de planejamento e orçamento para o exercício (LDO e LOA), falhas na manutenção do equilíbrio fiscal das renúncias de receitas e falhas na transparência decorrente das ações relacionadas a prática de benefícios fiscais que decorra renúncia de receita.

Sugere-se **dar ciência** ao atual chefe do Poder Executivo das ocorrências registradas neste tópico Renúncia de Receitas, como forma de alerta, para a necessidade do município aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando a atender aos princípios da gestão fiscal responsável (transparência, planejamento e manutenção do equilíbrio orçamentário financeiro).

**Sendo assim, estou acolhendo as proposições de recomendações sugeridas.**

### **Condução da Política Previdenciária**

Em relação à situação previdenciária, no que tange à condução da política previdenciária no município de Iconha, referente ao exercício de 2021, depreende-se pela **ausência de indicativos de irregularidades e/ou impropriedades capazes de modificar a opinião sobre a regularidade das contas do chefe do Poder Executivo.**

### **Controle Interno**

A IN TC 68/2021 estabelece o encaminhamento pelo prefeito da seguinte documentação: Relatório de avaliação do cumprimento do plano de ação para implantação do Sistema de Controle Interno; Relatório e parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno; Pronunciamento expresso do chefe do poder atestando ter tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer conclusivo emitido pelo órgão central do sistema de controle interno.

Constata-se, dos registros realizados pelo corpo técnico, que a documentação estabelecida na Instrução Normativa TC 68/2021 foi encaminhada, nos termos previstos pela regulamentação, sendo que **não foram apontados indicativos de irregularidades.**

### **Riscos e ameaças à sustentabilidade fiscal**

O item 3.8 da ITC 02645/2023-8 registrou considerações em relação a Gestão orçamentária (receitas x despesas); Administração tributária municipal; Limite 85% e 95% da EC 109/2021 (indicador tendo relação entre as despesas correntes e receitas correntes); Sistema de controle interno; Índice de efetividade da gestão municipal (IEGM); Indicador de vulnerabilidade fiscal (IVF), alertando quanto a possíveis riscos e ameaças à sustentabilidade fiscal, com as seguintes conclusões:

#### **3.8.5 Considerações finais sobre riscos e ameaças à sustentabilidade**

**Do exposto acima**, pode-se apontar as seguintes situações que exigem atenção para uma favorável gestão de riscos pelo município:

- Extrapolação do limite de 85% da EC nº 109/2021 no exercício de 2021.
- Baixa avaliação do indicador “Planejamento” do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) em 2018.

- Piora no nível de vulnerabilidade fiscal entre 2020 e 2021.

### **Consistência dos registros contábeis**

Em relação às demonstrações contábeis consolidadas do município, foi realizada análise quanto à consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, **concluindo-se pela existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.**

Além disso, a equipe técnica afirmou que não há conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que a Demonstração Contábil, em referência, não represente adequadamente, em seus aspectos relevantes, a **situação patrimonial** consolidada do Município em 31/12/2021.

O corpo técnico teceu ainda comentários no tocante a **Enfrentamento da calamidade pública** (em relação aos reflexos sociais e econômicos provocados pela pandemia); **Resultado da atuação governamental** (em relação a política pública de educação, saúde e assistência social), bem como em relação a atos de gestão (com ênfase em **Fiscalizações em destaque** - Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário) e **Atuação em funções administrativas**), que podem ser observados no itens 5 a 7 da ITC 02645/2023-8.

Vale destacar que, com relação **ao item 7.1.1, relativo a fiscalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário**, que teve como objetivo acompanhar a evolução da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo em vista a meta de universalização destes serviços públicos até 31/12/2033, conforme art. 11-B da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, alterada pela Lei 14.026, de 15 de julho de 2020, assim dispôs a ITC:

(...)

O município de Iconha apresentou uma performance positiva, tendo em vista que, dos cinco indicadores seguintes, quatro, apresentaram

percentuais que ultrapassaram as médias estaduais. São eles: água total (85%), água urbana (100%), coleta total (65%) e coleta urbana (90%). Dentre esses quatro, os serviços representados pelos indicadores de água urbana e de coleta urbana foram universalizados, uma vez que o município apresentou os percentuais de 100% e 90%, respectivamente, ultrapassando os 99% necessários para o primeiro e se igualando aos 90% para o segundo. Contrastando com o resultado dos demais, para o indicador de tratamento de esgoto Iconha apresentou um percentual de 41,3%, situando-se próximo, porém, abaixo da média estadual de 45,2% para esse serviço.

O município logrou situar-se acima dos limites de tolerância<sup>3</sup> estabelecidos para a fiscalização, e coube, no âmbito daqueles autos, diante da condição em que se encontra, dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, para que monitore permanentemente os investimentos realizados em saneamento básico, atentando para o cumprimento do prazo estabelecido para a universalização dos serviços de água e esgoto estipulado pela Lei 11.445/2007 (atualizada pela Lei 14.026/2020), qual seja 31 de dezembro de 2033.

**Sendo assim, estou acolhendo as proposições de recomendação sugerida.**

Considerando-se os registros realizados nos tópicos 3.8 e 5 a 7 da ITC 02645/2023-8, entendo, após a apreciação pelo colegiado, em **dar ciência** ao município de Iconha, na pessoa de seu representante legal do inteiro teor dos registros realizados na Instrução Técnica Conclusiva.

Desse modo, dos elementos constantes dos autos, **entendo que assiste razão à área técnica e ao Ministério Público de Contas, quanto a emissão de PARECER**

---

<sup>3</sup> O limite de tolerância foi estabelecido com o objetivo de identificar os municípios com maior risco de não atingimento dos limites de universalização previstos no art. 11-B da Lei 11.445/2007, quais sejam, 99% para abastecimento de água e 90% para esgotamento sanitário até 30/12/2033. Dessa forma, no acompanhamento, foi estabelecido como limite a média de atendimento total do Estado para os serviços de abastecimento de água (81,24%) e/ou esgotamento sanitário (56,90%). Para uma melhor avaliação do risco nos municípios que se situaram abaixo do limite de tolerância - índice de abastecimento total de água menor que 81,24% e/ou índice de coleta total de esgoto sanitário menor que 56,90%, realizou-se um comparativo entre a média anual de investimentos por habitante, realizados entre 2016 e 2020, e o investimento anual *per capita* estimado para a universalização destes serviços até 2033.

**PRÉVIO**, dirigido à Câmara Municipal de Iconha, recomendando a **APROVAÇÃO** da prestação de contas anual do Sr. Gedson Brandão Paulino, referente ao exercício de 2021, conforme dispõem o inciso I, do art. 132 da Resolução TCEES 261/2013 e o inciso I, do art. 80, da Lei Complementar Estadual 621/2012, **motivo pelo qual, independente de transcrição, adoto tais posicionamentos como razão de decidir.**

### 3. DOS DISPOSITIVOS:

Ante o exposto, **acompanhando integralmente o posicionamento técnico e ministerial**, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

**LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA**

Conselheiro Relator

### 1. PARECER PRÉVIO TC-0972023:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

**1.1 EMITIR PARECER PRÉVIO**, dirigido à Câmara Municipal de Iconha, recomendando a **APROVAÇÃO** da prestação de contas anual do Sr. Gedson Brandão Paulino, referente ao exercício de 2021, conforme dispõem o inciso I<sup>4</sup>, do art. 132 da Resolução TCEES 261/2013 e o inciso I<sup>5</sup>, do art. 80, da Lei

---

<sup>4</sup> **Art. 132.** A emissão do parecer prévio poderá ser:

I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;  
(...)

<sup>5</sup> **Art. 80.** A emissão do parecer prévio poderá ser:

I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;



Complementar Estadual 621/2012, no exercício de funções de ordenador da Prefeitura Municipal de Iconha, como segue:

### **Parecer Prévio sobre as Contas do Prefeito Municipal de Iconha**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo é de parecer que as contas atinentes ao exercício financeiro de 2021, apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Iconha, Gedson Brandão Paulino, estão em condições de serem aprovadas pela Câmara Municipal de Iconha.

#### **1. Opinião sobre a execução orçamentária e financeira**

Com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para a análise sobre a execução dos orçamentos do Município, conclui-se que foram observados, em todos os aspectos relevantes, os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do Município e nas demais operações realizadas com recursos públicos municipais, em especial quanto ao que estabelece a lei orçamentária anual (opinião sem ressalva).

#### **2. Conclusão sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Aplicados procedimentos patrimoniais específicos, não se tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que as demonstrações contábeis consolidadas não representem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial consolidada do Município em 31/12/2021 (opinião sem ressalva).

#### **3. Opinião sobre as autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia – EC 106/2020**

Acerca da análise exigida pelo art. 5º, inciso II, da EC 106/2020, conclui-se que foram observadas, em todos os aspectos relevantes, as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis, na abertura dos créditos adicionais relativos

ao enfrentamento da calamidade pública, em especial quanto ao que estabelece a Lei 4.320/1964 (opinião sem ressalva).

## **Fundamentação do Parecer Prévio sobre as Contas do Prefeito Municipal de Iconha**

### **1. Fundamentos para a opinião sobre a execução dos orçamentos**

A descrição completa dos fundamentos para a emissão de opinião não modificada (opinião sem ressalva) sobre a execução dos orçamentos do Município consta na seção 3, especialmente na subseção 3.9 do Relatório Técnico, na qual se conclui que os achados evidenciados ao longo da análise estão de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as normas legais aplicáveis.

Por outro lado, há registro de propostas de ciências na forma de alerta, descritas na subseção 10.2 do relatório.

### **2. Fundamentos para a conclusão sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

A descrição completa dos fundamentos para a emissão de opinião não modificada (opinião sem ressalva) sobre as demonstrações contábeis consolidadas consta na seção 4, especialmente na subseção 4.3 do Relatório Técnico, em que se conclui que não há conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o Balanço Patrimonial Consolidado, não represente adequadamente, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial consolidada do Município em 31/12/2021.

### **3. Fundamentos para a opinião sobre as autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia – EC 106/2020**

A descrição completa dos fundamentos para a emissão de opinião não modificada (opinião sem ressalva) sobre as autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia, consta na seção 5, especialmente

na subseção 5.4 do Relatório Técnico, na qual foram incorporadas apenas as ocorrências relevantes para a formação de opinião, em que se concluiu que foram observadas, em todos os aspectos relevantes, as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis na abertura dos créditos adicionais referentes ao enfrentamento da calamidade pública.

**1.2. DAR CIÊNCIA** ao atual Chefe do Poder Executivo municipal do inteiro teor dos registros realizados na Instrução Técnica Conclusiva 02645/2023-8, considerando-se os registros realizados nos tópicos 3.8 e 5 a 7, bem como dos itens abaixo:

3.2.1 Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo, da ocorrência registrada neste tópico, sobre evidências de ausência das prioridades definidas na LDO, como forma de alerta, para a necessidade de o Município dar cumprimento ao art. 165, § 2º da Constituição da República e

3.5.4 Dar ciência ao atual chefe do Poder Executivo das ocorrências registradas neste tópico Renúncia de Receitas, como forma de alerta, para a necessidade do Município aperfeiçoar o planejamento das peças orçamentárias, visando a atender aos princípios da gestão fiscal responsável (transparência, planejamento e manutenção do equilíbrio orçamentário financeiro).

**1.3. DAR CIÊNCIA** aos interessados, **ARQUIVANDO-SE** os autos, após trânsito em julgado

**2.** Unânime.

**3.** Data da Sessão: 22/09/2023 – 36ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara.

**4.** Especificação do quórum:

**4.1.** Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha (relator) e Domingos Augusto Taufner.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

**Presidente**

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

**Relator**

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUCIANO VIEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

**Subsecretária das Sessões**